

Precatório até R\$ 6 mil começa a ser pago

Governador Paulo Hartung envia projeto para a Assembléia e diz que dívidas começarão a ser quitadas ainda neste ano. Medida atingirá cerca de dois mil processos

RADANEZI AMORIM, LÚCIA GARCIA E GABRIELA RÖLKE

Credores de ações judiciais vencidas contra o Estado, chamadas de precatórios, devem começar a receber até o final do ano títulos de até R\$ 6 mil. Após quase 18 anos sem qualquer pagamento deste tipo, o Governo acenou ontem com a intenção de quitar ainda em 2003 parte das dívidas.

Um projeto de lei enviado à Assembléia Legislativa fixa em até R\$ 6 mil os precatórios de pequeno valor. A medida foi o primeiro passo para que o Estado volte a pagar esses títulos.

Segundo o governador Paulo Hartung (PSB), já há recursos em caixa para o pagamento, que deve começar tão logo o projeto de lei seja aprovado pela Assembléia e sancionado. Ontem, Hartung, a procuradora-geral do Estado, Gladys Bitran, e o vice-governador, Lelo Coimbra (PSB), divulgaram o projeto.

De acordo com a procuradora-geral, os chamados precatórios de menor valor totalizam entre R\$ 2 milhões e R\$ 3 milhões, correspondentes a cerca de duas mil ações. Segundo a proposta enviada à Assembléia, serão pagos R\$ 6.011,20 por ação judicial, mesmo que a ação tenha sido apresentada por vários credores.

Ela explicou ainda que quem tiver títulos superiores a R\$ 6 mil poderá optar por receber esse valor e abrir mão do restante do crédito. "Estamos iniciando o pagamento dos valores menores, até para privilegiar as pessoas de menor renda, de

Quem recebe?

Existem cerca de duas mil ações de credores com títulos de

até R\$ 6 mil

- O valor será pago por ação, e não por credor
- Há casos, por exemplo, em que mais de 10 pessoas apresentaram juntas uma única ação judicial

Credores com títulos superiores a R\$ 6 mil

Também podem receber, desde que desistam do crédito integral e aceitem o pagamento até o limite fixado pelo Governo

Por exemplo

Se o credor tem um precatório de **até R\$ 8 mil**, poderá receber **R\$ 6 mil**, abrindo mão de **R\$ 2 mil**

Entenda o pagamento

A Assembléia Legislativa deve votar até 15 de dezembro o projeto de lei que fixa em até R\$ 6 mil os precatórios de pequeno valor. Veja mais detalhes sobre a proposta:

Origem

Precatórios são títulos que credores têm a receber na Justiça, após terem vencido ações judiciais contra o Estado

Como receber?

Após o Governo depositar os valores, o Tribunal Regional do Trabalho e o Tribunal de Justiça vão notificar os credores e seus advogados para que recebam os títulos

Orçamento

Foram destinados **R\$ 500 mil** no Orçamento estadual deste ano e no de 2004 para o pagamento de precatórios

Como será o pagamento?

Todos os títulos serão quitados na ordem cronológica em que foram gerados - os mais antigos serão pagos primeiro. Serão criadas duas contas no Banestes - uma para o depósito de precatórios trabalhistas e outra para os demais tipos de títulos

Herança

A família do credor já falecido pode requerer na Justiça o pagamento do precatório, desde que comprove que tem direito

Valor

O limite dos precatórios de menor valor será reajustado anualmente, com base no Valor de Referência do Tesouro Estadual (VRTE)

Segundo o projeto do Governo, o limite dos precatórios de menor valor será de 4.420 VRTEs. Hoje, esse número é equivalente a **R\$ 6.011,20**. O VRTE é reajustado todo ano

Limite

O total geral de precatórios do Estado ainda não foi calculado com precisão

Segundo estimativas de advogados e credores, o valor chegaria a

R\$ 3 bilhões

Os precatórios de menor valor variam entre

R\$ 2 milhões e R\$ 3 milhões

Comissão

Uma equipe da Procuradoria-Geral do Estado e da Secretaria da Fazenda está realizando o levantamento de todas as ações e recalculando os valores dos precatórios do Estado

menor crédito, que precisam mais de seus créditos", salientou Gladys. Ela lembrou que o pagamento obedecerá o critério da ordem cronológica das ações - as mais antigas serão quitadas primeiro.

Para o governador Paulo Hartung, o atual Governo está rompendo com o "não-enfrentamento" do problema que outras administrações ficaram 18 anos sem tentar resolver. "Após resolvermos o passivo de outras dívidas, conseguimos entrar agora numa área em que todos os Governos se recusaram sequer a conversar sobre ela", destacou Hartung.

Constituição

A fixação de um limite para os precatórios de menor valor é prevista na Constituição Federal. O valor de R\$ 6 mil definido pelo Governo foi discutido com o Tribunal de Justiça (TJES), com o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) e com a seção capixaba da Ordem dos Advogados do Brasil.

Segundo a procuradora-geral, após a sanção pelo Governo, serão abertas contas correntes no Banestes em nome do TRT e do TJES, e serão depositados os recursos previstos para o pagamento. Em relação aos precatórios de maior valor, Gladys lembrou que há uma comissão recalculando todos os títulos. O Governo, entretanto, questiona judicialmente a legalidade dos precatórios originados na trimestralidade - uma reposição salarial que deixou de ser paga na década de 90 e que originou os títulos de maior valor.



Edson Chagas

Demora

Dona Elzi, hoje aposentada, esperou 20 anos para receber um precatório de R\$ 4,2 mil

'Vou comprar uma casinha e remédios'

A auxiliar de serviços gerais Elzi Anacleto da Vitória, de 73 anos, não esperava receber ontem a notícia de que o Governo quer pagar a ela a dívida de R\$ 4.299,66 - valor atualizado até julho de 2002. Doente e acamada, dona Elzi, como é mais conhecida, lamentou ter esperado mais de 20 anos para receber o precatório. Mas, apesar da demora, ela disse ter ficado feliz com a novidade.

"Vou comprar um bolinho com refrigerante para comemorar, remédios e uma casinha de dois cômodos. Está bom. Não esperava mais receber o dinheiro. Achava que não tinha mais direito. Mas só vou acreditar quando tiver o dinheiro nas mãos", confessou dona Elzi.

A notícia de pagamento de precatório foi dada pelo governador Paulo Hartung (PSB). Ele enviou à Assembleia um projeto de lei que estabelece um limite de até R\$ 6 mil para os precatórios de pequeno valor. Mas dona Elzi terá que esperar até o fi-

nal do ano para saber se vai receber os R\$ 4 mil.

Moradora do bairro Sotema, em Cariacica, ela trabalhou no Hospital Oswaldo Monteiro - antigo hospital para leproso que funcionava na Ilha da Pólvora, em Vitória -, na década de 80. Mas se aposentou por invalidez, com cinco anos de trabalho, devido a problemas de saúde.

O Iesp, então, entrou com uma ação contra o Estado porque dona Elzi trabalhou durante 10 meses no hospital sem receber adicional noturno. Atualmente, ela vive mais no hospital do que em casa.

Recém saída da Unidade de Tratamento Intensivo (UTI) do hospital Evangélico, em Vila Velha, dona Elzi também gostaria de comprar uma cadeira de rodas. "Mas acho que o dinheiro não vai dar. Porém, se eu receber o precatório, será ótimo. Mas não tenho muita esperança, não. Já fui enganada por pessoas que falaram que eu iria receber o dinheiro, e me levaram R\$ 200,00", lamentou.

Para associação, proposta é positiva

O presidente da Associação de Credores de Precatórios do Espírito Santo, Marcelo Caliman, disse ontem que vê "de forma positiva" a iniciativa do Governo do Estado de enviar à Assembleia Legislativa o projeto de lei que define o valor dos precatórios que serão pagos inicialmente pelo Executivo.

"É uma boa notícia para quem tem precatórios de até cerca de R\$ 6 mil para receber. Com essa iniciativa do Governo do Estado, não será mais necessário aguardar a ordem cronológica para o pagamento do benefício. Dessa forma, o credor de precatórios menores será contemplado antes de quem tem grandes valores para receber do Estado", frisou.

Caliman lembrou, no entanto, que a efetivação dos pagamentos depende de uma decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ). "Durante o Governo José Ignácio Ferreira, criou-se um artifício para emperrar o pagamento das dívidas. O Estado levantou a questão da competência da conces-

são dos precatórios, e já se passaram três anos sem que aquele tribunal tivesse tomado alguma decisão", lamentou. "Mas recentemente fizemos contato com o relator do caso, ministro Francisco Falcão, e ele garantiu que vai agilizar o julgamento da questão".

Pedido

O presidente adiantou ainda que a associação de credores vai entregar um documento ao governador Paulo Hartung (PSB) pedindo para que o Estado destine, inicialmente, pelo menos R\$ 2 milhões para o início da quitação das dívidas.

A peça orçamentária para 2004, no entanto, destina R\$ 500 mil para o pagamento dos precatórios. O relatório do Orçamento para 2004 deve ser votado pela Comissão de Finanças da Assembleia na segunda-feira. O plenário da Casa, por sua vez, vai apreciar a matéria na quarta-feira. Nas duas ocasiões, a peça pode receber emendas que proponham a alteração desse valor.

Advogado alerta credores sobre fraudes

O advogado trabalhista Joaquim Silva - que tem como parte da clientela funcionários da Saúde, professores e advogados que tentam receber seus precatórios - considera "louvável" a iniciativa do Governo do Estado, que anunciou que vai começar a pagar os precatórios de pe-

queno valor.

"A possibilidade de haver negociações, de que as pessoas que têm um pouco mais para receber possam abrir mão do excedente para receber os R\$ 6 mil, também é interessante, mas não pode haver 'forçação de barra'. Ninguém que tenha R\$ 10 mil pa-

ra receber deve abrir mão de R\$ 4 mil por acreditar que nunca vai receber o valor integral a que tem direito", defende. "Se não houver alguma limitação, pode haver margem para algum tipo de pressão ou para fraudes".

O advogado alerta para um detalhe. "É necessário pres-

tar atenção em um ponto: esse valor, de cerca de R\$ 6 mil, está sendo considerado para cada processo. Dessa forma, uma ação que tem várias pessoas, cada uma delas com valores próximos aos R\$ 6 mil, não seria contemplada. Assim, o que posso dizer é que o projeto é frustrante".

Colnago prevê votação rápida do projeto

O líder do Governo na Assembleia Legislativa, deputado César Colnago (PSDB), disse ontem acreditar que o projeto de lei que vai possibilitar o pagamento de precatórios de pequeno valor deve ser aprovado ainda neste ano. Colnago também confirmou que o Orçamento para 2004

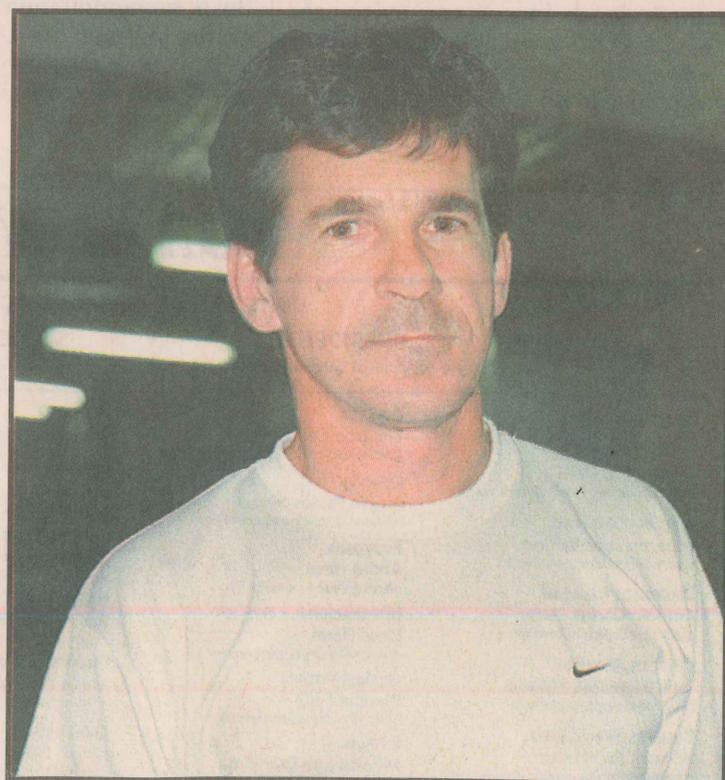
destina R\$ 500 mil para o pagamento de parte da dívida do Estado com os credores de precatórios.

"A previsão para o próximo ano é de que R\$ 500 mil sejam destinados ao pagamento desses pequenos precatórios. Mas esse valor pode ser aumentado. Mesmo de-

pois da aprovação da peça orçamentária, é possível aumentar essa verba, por meio de um pedido de suplementação orçamentária", explicou.

Sobre o andamento do projeto na Casa, o parlamentar afirmou que todas as matérias que estiverem tramitando no Legislativo entre o

dia 1º e o dia 15 de dezembro entrarão automaticamente em regime de urgência. As matérias que não forem apreciadas até o dia 15 de dezembro terão que esperar até o fim do recesso legislativo, que se encerra no dia 15 de fevereiro de 2004, para serem votadas.



Edson Chagas

Pedido

Caliman quer que o Governo destine R\$ 2 milhões mensais para os precatórios